

Coleção CONPEDI/UNICURITIBA

VOL. 31

Organizadores

PROF. DR. ORIDES MEZZAROBA
PROF. DR. RAYMUNDO JULIANO REGO FEITOSA
PROF. DR. VLADMIR OLIVEIRA DA SILVEIRA
PROF.^a. DR.^a. VIVIANE COÊLHO DE SÉLLOS-KNOERR

Coordenadores

PROF. DR. CELSO HIROSHI IOCAHAMA
PROF.^a. DR.^a. JÂNIA MARIA LOPES SALDANHA

PROCESSO E JURISDIÇÃO

2014 | Curitiba





Nossos Contatos

São Paulo

Rua José Bonifácio, n. 209,
cj. 603, Centro, São Paulo – SP
CEP: 01.003-001

Acesse: www.editoraclassica.com.br

Redes Sociais

Facebook:

<http://www.facebook.com/EditoraClassica>

Twitter:

<https://twitter.com/EditoraClassica>

EDITORA CLÁSSICA

Conselho Editorial

Allessandra Neves Ferreira
Alexandre Walmott Borges
Daniel Ferreira
Elizabeth Accioli
Everton Gonçalves
Fernando Knoerr
Francisco Cardozo de Oliveira
Francisval Mendes
Ilton Garcia da Costa
Ivan Motta
Ivo Dantas
Jonathan Barros Vita
José Edmilson Lima
Juliana Cristina Busnardo de Araujo
Lafayette Pozzoli
Leonardo Rabelo
Lívia Gaigher Bósio Campello
Lucimeiry Galvão

Equipe Editorial

Editora Responsável: Verônica Gottgroy

Capa: Editora Clássica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

P963

Processo e jurisdição

Coleção Conpedi/Unicuritiba.

Organizadores : Orides Mezzaroba / Raymundo Juliano
Rego Feitosa / Vladimir Oliveira da Silveira
/ Viviane Coêlho Séllos-Knoerr.

Coordenadores : Celso Hiroshi Iocahama / Jânia Maria
Lopes Saldanha.

Título independente - Curitiba - PR . : vol.31 - 1ª ed.
Clássica Editora, 2014.

607p. :

ISBN 978-85-8433-019-5

1. Direito - processo.

I. Título.

CDD 341

XXII ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI/ UNICURITIBA
Centro Universitário Curitiba / Curitiba – PR

MEMBROS DA DIRETORIA

Vladmir Oliveira da Silveira

Presidente

Cesar Augusto de Castro Fiuza

Vice-Presidente

Aires José Rover

Secretário Executivo

Gina Vidal Marcílio Pompeu

Secretário-Adjunto

Conselho Fiscal

Valesca Borges Raizer Moschen

Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer Feitosa

João Marcelo Assafim

Antonio Carlos Diniz Murta (suplente)

Felipe Chiarello de Souza Pinto (suplente)

Representante Discente

Ilton Norberto Robl Filho (titular)

Pablo Malheiros da Cunha Frota (suplente)

Colaboradores

Elisangela Pruencio

Graduanda em Administração - Faculdade Decisão

Maria Eduarda Basilio de Araujo Oliveira

Graduada em Administração - UFSC

Rafaela Goulart de Andrade

Graduanda em Ciências da Computação – UFSC

Diagramador

Marcus Souza Rodrigues

APRESENTAÇÃO	16
A SACRALIZAÇÃO DA COISA JULGADA E A POSSIBILIDADE DE SE DAR DEFINITIVIDADE A JUÍZOS LIMINARES (Cristiano Becker Isaia)	26
INTRODUÇÃO	27
DIREITOS SOCIAIS E PROCESSO CIVIL ORDINARIZADO	29
A HERMENÊUTICA DA COISA JULGADA NAS SENTENÇAS LIMINARES	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS	51
A INEXISTÊNCIA JURÍDICA DA COISA JULGADA INCONSTITUCIONAL E A QUERELA NULLITATIS COMO INSTRUMENTO PARA A SUA IMPUGNAÇÃO (Camilo de Oliveira Carvalho)	54
INTRODUÇÃO	55
HISTÓRICO DA QUERELA NULLITATIS NO DIREITO COMPARADO	56
ENTRE A INEXISTÊNCIA E A NULIDADE. O CONCEITO DE QUERELA NULLITATIS	60
A RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA	62
FORÇA NORMATIVA DA CONSTITUIÇÃO, CELERIDADE, EFETIVIDADE E TEMPO RAZOÁVEL DO PROCESSO	63
PROPORCIONALIDADE, SEGURANÇA JURÍDICA E A COISA JULGADA INCONSTITUCIONAL	65
MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DA COISA JULGADA INCONSTITUCIONAL E A PREVALÊNCIA DO INSTRUMENTO DA QUERELA NULLITATIS	68
CONCLUSÃO	71
REFERÊNCIAS	71
SEGURANÇA JURÍDICA, COISA JULGADA E ESTADO DE EXCEÇÃO (Back, Alessandra e Pellegrinello, Ana Paula)	76
INTRODUÇÃO	77
CONTORNOS DO DIREITO FUNDAMENTAL À SEGURANÇA JURÍDICA NO SISTEMA CONSTITUCIONAL BRASILEIRO	78
A RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA MATERIAL INJUSTA OU INCONSTITUCIONAL	82
O ESTADO DE EXCEÇÃO COMO REGRA	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS	90

REFERÊNCIAS	91
APONTAMENTOS SOBRE A SENTENÇA E A COISA JULGADA COLETIVA (Daniele Alves Moraes)	94
INTRODUÇÃO	95
SENTENÇA	96
SENTENÇA COLETIVA E COISA JULGADA COLETIVA: LIMITES OBJETIVOS E SUBJETIVOS	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS	110
AÇÃO COLETIVA PASSIVA: UMA ANÁLISE FEITA À LUZ DO MICROSSISTEMA DE PROCESSO COLETIVO BRASILEIRO (Eduardo Bavose)	116
INTRODUÇÃO	117
AS AÇÕES COLETIVAS PASSIVAS	118
CONCLUSÃO	133
REFERÊNCIAS	135
NECESSIDADE DE SISTEMATIZAÇÃO DO PROCESSO COLETIVO: BREVE ANÁLISE COMPARATIVA DA LEGITIMIDADE ATIVA NAS AÇÕES COLETIVAS NAS PROPOSTAS LEGISLATIVAS SOBRE O TEMA (Jaqueline Yoko Kussaba e Luiz Fernando Bellinetti)	137
INTRODUÇÃO	137
EVOLUÇÃO DA TUTELA COLETIVA NO BRASIL E A NECESSIDADE DE UM CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL COLETIVO	138
MODELO DE CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL COLETIVO ELABORADO POR ANTONIO GIDI	143
MODELO DE CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL COLETIVO ELABORADO PELO INSTITUTO IBERO-AMERICANO DE DIREITO PROCESSUAL	146
ANTEPROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL COLETIVO ELABORADO PELO INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PROCESSUAL	147
ANTEPROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL COLETIVO ELABORADO PELOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO E UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	150
PROJETO DE LEI 5.139, DE 2009 (ANÁLISE CONJUNTA DA REDAÇÃO APRESENTADA PELA CASA CIVIL E DAS ALTERAÇÕES PROPOSTAS PELO DEPUTADO FEDERAL ANTÔNIO CARLOS BISCAIA NO SUBSTITUTIVO)	151
REFORMA DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	153
CONCLUSÃO	153
REFERÊNCIAS	154
SENTENÇA DE MÉRITO NO PROCESSO DE EXECUÇÃO (Rodrigo Ferreira do Amaral Silva)	156
INTRODUÇÃO	157

CONSIDERAÇÕES ACERCA DO INSTITUTO DA LIDE	158
CONSIDERAÇÕES ACERCA DO INSTITUTO DO MÉRITO	160
MÉRITO E LIDE NO DIREITO BRASILEIRO	161
DA SENTENÇA	162
DA EXISTÊNCIA DE SENTENÇA DE MÉRITO NO PROCESSO DE EXECUÇÃO	166
CONSEQUÊNCIAS DA DISCUSSÃO	171
CONSIDERAÇÕES FINAIS	174
REFERÊNCIAS	177
O MONOPÓLIO DA JURISDIÇÃO PELO ESTADO E AS TUTELAS DE URGÊNCIA EM PROCEDIMENTO ARBITRAL (João Americo de Sbragia e Forner)	181
INTRODUÇÃO	184
A SOCIEDADE, OS CONFLITOS E A FUNÇÃO ORDENADORA DO DIREITO. DA JUSTIÇA PRIVADA À JUSTIÇA PÚBLICA	186
A JURISDIÇÃO COMO MEIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	188
A INSUFICIÊNCIA DA JURISDIÇÃO ESTATAL E A ARBITRAGEM COMO MÉTODO ALTERNATIVO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS NO DIREITO BRASILEIRO	190
A PERMISSÃO LEGAL DE CONCESSÃO DE TUTELAS DE URGÊNCIA EM ARBITRAGEM E O PODER DE IMPERIUM DA JURISDIÇÃO ESTATAL	193
A JURISDIÇÃO ESTATAL EXECUTIVA E AS TUTELAS DE URGÊNCIA EM ARBITRAGEM: O NECESSÁRIO CONVÍVIO DA JUSTIÇA PÚBLICA E A JUSTIÇA PRIVADA	196
IDEIAS PARA O FUTURO	198
CONCLUSÃO	200
BIBLIOGRAFIA	202
TUTELAS DE URGÊNCIA: COGITAÇÕES SOBRE O JUÍZO DE VEROSSIMILHANÇA, A PROVA DIABÓLICA E A VIOLAÇÃO DE GARANTIAS PROCESSUAIS FUNDAMENTAIS DO RÉU (Camilla Mattos Paolinelli)	204
INTRODUÇÃO	205
A VALORAÇÃO DA PROVA NO JUÍZO DE VEROSSIMILHANÇA9 QUE FUNDAMENTA AS TUTELAS CAUTELARES E ANTECIPADAS	208
AS TUTELAS DE URGÊNCIA INAUDITA ALTERA PARTE E A TRANSFERÊNCIA DE ÔNUS DIABÓLICO DE PROVA PARA O RÉU	213
AS LIMINARES CONCEDIDAS SEM A OITIVA DO RÉU E A VIOLAÇÃO DE GARANTIAS PROCESSUAIS FUNDAMENTAIS	218
UMA POSSÍVEL SOLUÇÃO	221
CONSIDERAÇÕES FINAIS	223

REFERÊNCIAS	224
A NATUREZA JURÍDICA E A EFICÁCIA DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS PREVISTO NO PROJETO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (Adriana Fasolo Pilati Scheleder e Ricardo Soares Stersi dos Santos)	227
INTRODUÇÃO	228
O INCIDENTE DE DEMANDAS REPETITIVAS NO DIREITO BRASILEIRO	229
A OPERACIONABILIDADE E A NATUREZA JURÍDICA DO INCIDENTE DE DEMANDAS REPETITIVAS PREVISTA NO PROJETO DE LEI N. 8.046/2010 DO SENADO FEDERAL	231
O PROJETO DE LEI N. 8.046/2010 E A EMENDA 181/2011 PROPOSTA PELA COMISSÃO ESPECIAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	232
UMA ANÁLISE CONSTITUCIONAL DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS	235
CONCLUSÃO	240
REFERÊNCIAS	240
O PRINCÍPIO DISPOSITIVO E A REGRA DA CONGRUÊNCIA NA ATUALIDADE (Hélio João Pepe de Moraes e Ricardo Carneiro Neves Júnior)	244
INTRODUÇÃO	245
PRINCÍPIO DISPOSITIVO	245
REGRA DA CONGRUÊNCIA	256
OS MOVIMENTOS PROCESSUAIS ATUAIS	259
CONCLUSÃO	262
REFERÊNCIAS	263
HORIZONTES DA PRISÃO CIVIL NAS TUTELAS DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER, NÃO FAZER E ENTREGAR COISA CERTA NO DIREITO PROCESSUAL CIVIL BRASILEIRO: ESVAZIAMENTO ANTE A SÚMULA VINCULANTE 25/STF? (Peterson Zacarella e Mônica Bonetti Couto)	266
INTRODUÇÃO	267
PREMISSAS NECESSÁRIAS ACERCA DA TUTELA EXECUTIVA	269
DA PRIMAZIA DA TUTELA ESPECÍFICA E DA OBTENÇÃO DO RESULTADO PRÁTICO EQUIVALENTE AO ADIMPLEMENTO DA OBRIGAÇÃO	271
DA POSSIBILIDADE DA PRISÃO CIVIL NAS OBRIGAÇÕES DE ENTREGA DE COISA DIVERSA DE DINHEIRO	277
CONCLUSÕES	292
REFERÊNCIAS	294
A GARANTIA FUNDAMENTAL À RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO E A CELERIDADE DE TRAMITAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA: A CONSTRUÇÃO DE PARÂMETROS (Ivonaldo da Silva Mesquita)	296

INTRODUÇÃO	297
ESCORÇO HISTÓRICO	299
GARANTIAS FUNDAMENTAIS: ASPECTOS CONCEITUAIS	302
O INCISO LXXVIII, DO ARTIGO 5º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA	303
O FATOR TEMPO	308
A EFETIVIDADE DO DISPOSITIVO E A CONSTRUÇÃO DE PARÂMETROS	311
CONSIDERAÇÕES FINAIS	320
REFERÊNCIAS	322
A JURISDIÇÃO ENTRE CONSTITUCIONALISMO E DEMOCRACIA (William Soares Pugliese)	326
INTRODUÇÃO	327
AS DIVERSAS FUNÇÕES DA JURISDIÇÃO	328
DEMOCRACIA PROCEDIMENTAL E CONSTITUCIONALISMO	333
LIMITES À ATUAÇÃO DA JURISDIÇÃO	337
CONSIDERAÇÕES FINAIS	340
REFERÊNCIAS	341
O PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO COOPERATIVO COMO INSTRUMENTO VIABILIZADOR DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL (Silvana Mara Ferneda Ramos Peixoto e Prof. Dr. José Laurindo de Souza Netto)	343
CONSIDERAÇÕES INICIAIS	344
RELEVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS	346
PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA	349
PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO E PRINCÍPIO COOPERATIVO / PARTICIPATIVO	351
PRINCÍPIOS DA COOPERAÇÃO/PARTICIPAÇÃO PROCESSUAL, DO CONTRADITÓRIO E O PROCESSO CIVIL	354
PRINCÍPIOS DA COOPERAÇÃO/PARTICIPAÇÃO PROCESSUAL, DO CONTRADITÓRIO E O PROCESSO DE EXECUÇÃO	357
PRINCÍPIOS DA COOPERAÇÃO/PARTICIPAÇÃO PROCESSUAL, CONTRADITÓRIO E PROCESSO CAUTELAR, ANTECIPAÇÃO DE TUTELA E LIMINARES	359
PRINCÍPIOS DA COOPERAÇÃO/PARTICIPAÇÃO PROCESSUAL, DO CONTRADITÓRIO E AS RELAÇÕES PRIVADAS	361
CONSIDERAÇÕES FINAIS	362
REFERÊNCIAS	364
A DESJUDICIALIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA: NOVA	

ONDA REFORMISTA? (Alexia Brotto Cessetti)	366
INTRODUÇÃO	366
AS ONDAS REFORMISTAS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	367
FENÔMENO DA DESJUDICIALIZAÇÃO E CELERIDADE PROCESSUAL	370
PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA E A LEI 11.441/2007	371
DA LIBERDADE DE ESCOLHA DO PROCEDIMENTO EXTRAJUDICIAL E A POSSIBILIDADE DE RETORNO À VIA JUDICIAL	374
POSICIONAMENTO DO NOVO CPC EM RELAÇÃO AO INVENTÁRIO, PARTILHA E DIVÓRCIO EXTRAJUDICIAIS	376
CONSIDERAÇÕES FINAIS	377
BIBLIOGRAFIA	378
O JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO NO PROJETO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL BRASILEIRO (Alexandre Reis Siqueira Freire e Marcello Soares Castro)	381
INTRODUÇÃO	382
ACESSO AO STF VIA RECURSO EXTRAORDINÁRIO	384
AS SOLUÇÕES PENSADAS PARA RESOLVER OS PROBLEMAS DOS ÓBICES JURISPRUDÊNCIAS E SOBRECARGA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	391
CONCLUSÃO	396
REFERÊNCIAS	399
DO ACESSO À JUSTIÇA À GARANTIA DO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DO DIREITO FUNDAMENTAL AO PROCESSO JUSTO (Marcelo Alves Nunes e Maria Paula Daltro Lopes)	400
INTRODUÇÃO	401
O DIREITO DE ACESSO À JUSTIÇA	401
A GARANTIA DO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO: CONTEÚDO E ALCANCE	406
A DIMENSÃO CONSTITUCIONAL DO PROCESSO JUSTO	412
CONCLUSÃO	419
REFERÊNCIAS	419
O RESGATE DO DIREITO FRATERO NAS MEDIAÇÕES NO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (Cássia Cristina Hakamada Reinas)	422
INTRODUÇÃO	423
O DIREITO FRATERO	424
A LEI DO JUIZADO ESPECIAL	427

MEDIAÇÃO	433
CONCLUSÃO	438
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	438
ENTRE A INFORMALIDADE E AS GARANTIAS PROCESSUAIS: A PRÁTICA DA MEDIAÇÃO SOB OS PARADIGMAS DO PROCESSO (Fabiana Alves Mascarenhas e Marcela Rodrigues Souza Figueiredo)	441
INTRODUÇÃO	442
MEDIAÇÃO: LEGITIMAÇÃO PELO PROCEDIMENTO	443
CRISE DA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA: MEDIAÇÃO COMO RESPOSTA?	449
REGULAMENTAÇÃO DA MEDIAÇÃO: PRESERVAÇÃO DE GARANTIAS OU FORMALIZAÇÃO EXCESSIVA?	456
CONSIDERAÇÕES FINAIS	461
REFERÊNCIAS	464
QUE É (OU O QUE DEVERIA SER) A “VERDADE” NO MODERNO PROCESSO CIVIL? (VITOR GONÇALVES MACHADO)	468
INTRODUÇÃO	470
CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE “VERDADE”	470
A PROBLEMÁTICA DA BUSCA DA “VERDADE” NO PROCESSO CIVIL	474
O QUE DEVE SER A “VERDADE” DENTRO DO MODERNO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO?	480
CONSIDERAÇÕES FINAIS	483
REFERÊNCIAS	484
EXAME FÁTICO-PROBATÓRIO PELO STJ E STF (Simone Trento)	488
INTRODUÇÃO	489
AS FUNÇÕES DE NOSSAS CORTES DE VÉRTICE	490
OS FATOS NA ANÁLISE EMINENTEMENTE PROBLEMÁTICA DAS QUESTÕES JURÍDICAS	492
OS FUNDAMENTOS JURÍDICOS HISTÓRICOS E ATUAIS PARA OS ENUNCIADOS 279 E 7 DAS SÚMULAS DO STF E STJ	493
A COMPATIBILIZAÇÃO COM O VERBETE N. 456 DA SÚMULA DO SUPREMO	496
QUANDO O FUNDAMENTO DO RECURSO EXCEPCIONAL DIZ RESPEITO A QUESTÕES FÁTICO-PROBATÓRIAS	502
CONCLUSÃO	508
BIBLIOGRAFIA	508

Gracias por visitar este Libro Electrónico

Puedes leer la versión completa de este libro electrónico en diferentes formatos:

- HTML(Gratis / Disponible a todos los usuarios)
- PDF / TXT(Disponible a miembros V.I.P. Los miembros con una membresía básica pueden acceder hasta 5 libros electrónicos en formato PDF/TXT durante el mes.)
- Epub y Mobipocket (Exclusivos para miembros V.I.P.)

Para descargar este libro completo, tan solo seleccione el formato deseado, abajo:

